

PARECER Nº 461/2021

Processo: 3639/2021

Ementa: 006-2021 - PROJETO DE EMENDA PPA 2022-2025 - MENSAGEM DO EXECUTIVO Nº. 060-2021

Autoria: Dilemário Alencar (Câmara Digital)

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo senhor Vereador apresentou o presente projeto de **Emenda Aditiva e Subemenda** acima epigrafada, para devida análise.

O Parlamentar propôs Emenda ao Plano Plurianual 2022-2025, para construção de praça e academia pública ao ar livre entre a Rua K3 e L3, Quadra 13, no bairro Parque Cuiabá.

É a síntese do necessário.

II - DO MÉRITO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas relativas aos programas de duração continuada com uma visão macro das intneções do gestor público, cuja duração é de 04 (quatro) anos.

Art. 50. Compete à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária:

*I – opinar em todos os Projetos quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, em todas as proposições que couber e, em especial, nas que tratam da legislação orçamentária, compreendendo o **Plano Plurianual**, a Lei de Diretrizes Orçamentária, a Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais, e suas alterações;*

As emendas ao PPA são aquelas que criam ações que não existem ou que não são contempladas pelas ações que já existem, que alteram editam ações e programas que já existem ou alteram metas físicas, a emenda apresentada contém característica de subtítulos de Lei Orçamentária logo se encontra em desacordo como o Plano Plurianual (PPA).

III - EXAME DA MATÉRIA



I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

A **Constituição Federal** em seu Capítulo II, que trata de finanças públicas, nos informa que o plano plurianual estabelecerá as metas, objetivos da Administração, note:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A própria Constituição evidencia que os objetivos, diretrizes e as metas farão parte da lei que instituir o plano plurianual, pois é a principal função de um plano de duração continuada, dessa forma, superar ano a ano os índices anteriores alcançados pelos programas de governo. Portanto, podemos dizer que as diretrizes (são normas gerais, amplas e estratégicas a serem seguidas nos próximos 4 anos), os objetivos (o que será perseguido com maior intensidade pelo governo) e as metas (parcelas de resultados, podendo ser qualitativa ou quantitativa) que se pretende alcançar no período de vigência do Plano, a cada programa.

Seguindo a mesma lógica, a Lei Orgânica Municipal nos ensina que o plano plurianual estabelecerá, dentre outros objetivos, as diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual, veja:

Art. 100. Leis de iniciativa exclusiva do Poder Executivo estabelecerão:

§ 1º O Plano Plurianual compreenderá:

I - diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual:

II - investimentos de execução plurianual;

III - gastos com a execução de programas de duração continuada.

IV – gastos com a execução de projetos e programas, que atingem



direta ou indiretamente as crianças e adolescentes, fazendo-os constar em planilha separada no Plano Plurianual.

Dessa forma, diante da existência de tais vícios materiais, imperiosa se faz o indeferimento do projeto em análise, justamente para se adequar aos preceitos orçamentários estabelecidos em lei.

2. REGIMENTALIDADE.

O Projeto cumpre as exigências regimentais.

3. REDAÇÃO.

O projeto de lei atende aos requisitos da Lei Complementar 095/1998.

4. CONCLUSÃO.

Dessa forma, por estar em desacordo com preceitos estabelecidos na Lei Orgânica do Município e com Lei nº 4.320/1964, opinamos pela rejeição, salvo melhor juízo.

5. VOTO:

Voto contrário à matéria.

VOTO DO RELATOR - PELA REJEIÇÃO

Cuiabá-MT, 17 de dezembro de 2021



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://177.39.233.4/camaracuiaba/autenticidade> utilizando o identificador 30003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Chico 2000 (Câmara Digital)** em 20/12/2021 09:54

Checksum: **0C0662B3D475F83FB25251EF9A3FBCF0CBA93AE67B827EC2AA495937F12FAE93**



Autenticar documento em <http://177.39.233.4/camaracuiaba/autenticidade> com o identificador 30003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

